

Cooperativismo em Santa Catarina: um pilar de crescimento econômico e inclusão social*

Cooperativism in Santa Catarina: a pillar of economic growth and social inclusion

Fábio Visintin**

Dimas de Oliveira Estevam***

Resumo: O cooperativismo catarinense se destaca como um modelo socioeconômico essencial, abrangendo diversos setores da economia e promovendo o crescimento socioeconômico para o estado. Esse sistema organizacional permite que pequenos e médios produtores, trabalhadores e consumidores tenham acesso ao mercado de forma mais justa e acessível, promovendo a inclusão social e fortalecendo as economias locais. O presente estudo analisa a relevância do cooperativismo catarinense sob uma perspectiva econômica, considerando seu impacto na geração de empregos diretos e indiretos, na distribuição de renda e no desenvolvimento regional. A pesquisa utiliza procedimentos metodológicos qualitativos, com análise documental e levantamento de dados secundários junto a entidades representativas, como a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), além fontes de informações disponíveis na internet. A OCECSC possui 250 cooperativas associadas, abrangendo sete setores: agropecuário, crédito, infraestrutura, saúde, consumo, transporte e trabalho, que reúnem mais de 4,2 milhões de cooperados e empregam diretamente cerca de 95.400 pessoas, com 7.000 novos postos de trabalho criados apenas em 2023. O setor agropecuário concentra a maior parte dos empregos e do faturamento do setor, seguido pelos ramos de crédito, infraestrutura e saúde. A OCECSC desempenha um papel central na articulação e desenvolvimento das cooperativas, promovendo ações estratégicas voltadas para a competitividade, a digitalização e a sustentabilidade do setor. Além disso, o faturamento das cooperativas catarinenses ultrapassa R\$ 85,9 bilhões anuais, consolidando-se como um dos motores da economia estadual. O estudo revela que, apesar dos desafios impostos pela concorrência com grandes corporações, mudanças regulatórias e a necessidade de maior engajamento dos cooperados, o cooperativismo segue como um pilar fundamental da economia catarinense, incentivando a participação democrática, a intercooperação e a autogestão dos trabalhadores. Conclui-se que o cooperativismo, além de contribuir para o crescimento econômico, desempenha um papel essencial na redução das desigualdades sociais, na inclusão financeira e na criação de um ambiente de negócios mais colaborativo e sustentável.

Palavras-chave: Cooperativismo; Desenvolvimento socioeconômico; OCECSC.

Abstract: The cooperative movement in Santa Catarina stands out as an essential socioeconomic model, spanning diverse economic sectors and fostering socio-economic growth for the state. This organizational system enables small and medium-sized producers, workers, and consumers to access the market in a fairer and more equitable way, promoting social inclusion and strengthening local economies. This study analyzes the relevance of the Santa Catarina cooperative movement from an economic perspective, considering its impact on direct and indirect job creation, income distribution, and regional development. The research employs qualitative methodological procedures, including document analysis and a review of secondary data from representative entities such as the Organization of Cooperatives of the State of Santa Catarina (OCESC), alongside other available online information sources. OCECSC has 250 member cooperatives, spanning seven sectors: agribusiness, credit, infrastructure, health, consumption, transportation, and labor. These cooperatives bring together over 4.2 million members and directly employ approximately 95,400 people, with 7,000 new jobs created in 2023 alone. The agribusiness sector accounts for the largest share of employment and revenue within the movement, followed by the credit, infrastructure, and health sectors. OCECSC plays a central role in coordinating and developing cooperatives, promoting strategic actions focused on competitiveness, digitalization, and sector sustainability. Furthermore, the annual revenue of Santa Catarina's cooperatives exceeds R\$ 85.9 billion, solidifying their role as one of the engines of the state's economy. The study reveals that, despite challenges posed by competition with large corporations, regulatory changes, and the need for greater member engagement, cooperativism remains a fundamental pillar of the Santa Catarina economy, encouraging democratic participation, inter-cooperation, and worker self-management. It is concluded that cooperativism, in addition to contributing to economic growth, plays an essential role in reducing social inequalities, promoting financial inclusion, and creating a more collaborative and sustainable business environment.

Keywords: Cooperativism; Socioeconomic Development; OCECSC.

Classificação JEL: P13; O18; Q13

*Submissão: 20/08/2025 | Aprovação: 24/09/2025 | Publicação: 17/12/2025 | DOI: [10.54805/RCE.2527-1180.v9.e09007](https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v9.e09007)

**Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) | E-mail: fabiovisintin@hotmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4268-188X>

***Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) | E-mail: doe@unesc.net | ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8116-2209>

1 Introdução

O cooperativismo tem se consolidado como um modelo organizacional alternativo capaz de conciliar eficiência econômica e inclusão social, especialmente em contextos de elevado dinamismo produtivo e desigualdade estrutural, como é o caso de Santa Catarina. Diferentemente das empresas convencionais orientadas exclusivamente pelo lucro, as cooperativas operam sob princípios de gestão democrática, solidariedade e participação coletiva, promovendo o desenvolvimento local a partir da valorização do trabalho e da redistribuição dos resultados entre os associados. Conforme definição da Aliança Cooperativa Internacional (ACI, 1995), cooperativas são organizações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma estrutura de governança democrática.

Com 250 cooperativas associadas, mais de 4,2 milhões de cooperados e aproximadamente 95.400 empregos diretos gerados (OCESC, 2025), o sistema cooperativista catarinense está presente em diversos setores estratégicos da economia, como agropecuária, crédito, infraestrutura, saúde, consumo e transporte. Tal presença evidencia não apenas sua relevância econômica, mas também sua função social estruturante no território catarinense.

Na visão de Veiga e Fonseca (2002), o cooperativismo representa uma forma de organização econômica que, embora surja no bojo do capitalismo, se apresenta como alternativa viável a este, por combinar produtividade com equidade, autonomia com solidariedade, e eficiência com justiça distributiva. O modelo cooperativista tem sido reconhecido como uma alternativa viável ao capitalismo tradicional, pois possibilita uma distribuição mais equitativa da renda e promove o desenvolvimento sustentável (SCHNEIDER, 1982).

Diante desse cenário, este artigo propõe-se a investigar em que medida o cooperativismo catarinense configura-se como alternativa eficaz ao modelo econômico tradicional na promoção da inclusão produtiva e do desenvolvimento regional sustentável. A análise considera a atuação das cooperativas nos diversos setores da economia estadual, bem como o papel institucional desempenhado pela Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), avaliando seus mecanismos de apoio, articulação e representação. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa, com base em levantamento documental e dados secundários disponibilizados por entidades representativas do setor, como a própria OCEC, complementados por literatura especializada.

2 História do Cooperativismo

O cooperativismo moderno teve origem no século XIX, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, quando um grupo de trabalhadores tecelões, conhecidos como Pioneiros de Rochdale, fundou, em 1844, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale. Este modelo foi criado como uma alternativa ao sistema capitalista industrial que, na época, explorava os trabalhadores, oferecendo baixos salários e condições precárias de trabalho. Os Pioneiros estabeleceram um conjunto de princípios cooperativistas que serviram de base para o movimento cooperativo mundial, incluindo adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação e formação, intercooperação e interesse pela comunidade. O modelo cooperativista rapidamente se expandiu por toda a Europa e, posteriormente, para outros continentes, sendo adotado como uma alternativa econômica viável para trabalhadores, agricultores e pequenos empreendedores (ACI, 1995).

No Brasil, o cooperativismo começou a ganhar força no início do século XX, com a criação das primeiras cooperativas de crédito, inspiradas no modelo alemão de Friedrich Wilhelm Raiffeisen (SCHNEIDER, 1982). Com o passar dos anos, esse modelo se diversificou para diferentes setores da economia, como agropecuário, consumo, crédito, saúde, trabalho, infraestrutura e transporte.

Em Santa Catarina, o cooperativismo se consolidou como um dos pilares da economia regional, tendo como marco inicial a fundação das primeiras cooperativas agropecuárias e de crédito no início do século XX. O estado se destacou no cenário nacional pela organização e profissionalização do setor, resultando na criação de entidades representativas, como a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), fundada em 1971. A OCEC tem sido essencial no fortalecimento e desenvolvimento das cooperativas catarinenses, promovendo capacitação, assessoria técnica e defesa dos interesses do setor (OCESC, 2023).

Ao longo das décadas, as cooperativas catarinenses passaram por um processo de modernização, adaptando-se às novas demandas do mercado globalizado. O cooperativismo catarinense tem demonstrado grande capacidade de inovação, incorporando novas tecnologias, promovendo a sustentabilidade e incentivando práticas de governança que garantem maior participação dos cooperados. Com isso, o modelo cooperativista segue como uma alternativa eficiente ao capitalismo tradicional, oferecendo maior estabilidade econômica e promovendo o desenvolvimento social (BULGARELLI, 2000).

2.1 Princípios do Cooperativismo

O cooperativismo é sustentado por uma base filosófica e estrutural que visa promover o desenvolvimento econômico e social de maneira equitativa, com foco na cooperação e no bem-estar coletivo. Robert Owen já defendia a ideia de que o cooperativismo era uma alternativa ao modelo capitalista tradicional, permitindo que os trabalhadores se organizassem para garantir autonomia econômica e social (RECH, 2000). Essa visão foi fortalecida ao longo do tempo e consolidada pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que estabeleceu princípios fundamentais que regem o cooperativismo globalmente (ACI, 1995).

As cooperativas são organizações democráticas, baseadas na participação ativa de seus membros e na busca por um modelo econômico mais inclusivo. De acordo com Bulgarelli (2000), o cooperativismo não se opõe ao livre mercado, mas propõe um modelo

de organização que prioriza a colaboração, a justiça social e a sustentabilidade econômica. O princípio da adesão livre e voluntária garante que qualquer pessoa possa ingressar em uma cooperativa, desde que compartilhe seus valores e objetivos. Já o princípio da gestão democrática assegura que cada cooperado tem direito a um voto nas decisões, independentemente do capital investido.

Outro aspecto essencial do cooperativismo é a participação econômica dos cooperados, que contribuem para a formação do capital da cooperativa e compartilham as sobras financeiras de acordo com sua participação na atividade econômica. Esse modelo proporciona uma alternativa ao acúmulo de riqueza centralizado, promovendo uma distribuição mais justa dos recursos (RICCIARDI e LEMOS, 2000). Além disso, as cooperativas devem atuar com autonomia e independência, garantindo que sua governança seja pautada por princípios democráticos e que nenhuma influência externa comprometa sua atuação (MEINEN e PORT, 2012).

O fortalecimento das cooperativas depende da capacitação contínua dos cooperados, permitindo que compreendam seus direitos, deveres e o funcionamento do modelo cooperativo. A intercooperação, ou seja, a colaboração entre diferentes cooperativas, também é essencial para fortalecer o setor, promovendo sinergias entre diferentes ramos de atuação (BULGARELLI, 2000). Nessa perspectiva, as cooperativas possuem responsabilidade social e compromisso com a comunidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que estão inseridas.

3 O Cooperativismo em Santa Catarina

O modelo cooperativista, além de gerar empregos diretos e indiretos, proporciona um impacto significativo na distribuição de renda, na sustentabilidade do desenvolvimento regional e na integração dos pequenos e médios produtores ao mercado (OCESC, 2023).

Com base nos princípios do cooperativismo estabelecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), as cooperativas catarinenses promovem um modelo econômico alternativo ao capitalismo tradicional, garantindo a participação democrática dos cooperados e fomentando a intercooperação entre diferentes ramos do setor (ACI, 1995). Esse modelo tem se consolidado como um dos principais motores do crescimento econômico catarinense, reforçando sua importância estratégica para o estado.

3.1 Os setores e impacto econômico

Além do elevado faturamento registrado pelos sete setores do cooperativismo, que ultrapassou R\$ 85,9 bilhões em 2023 (OCESC, 2023), um dos aspectos mais relevantes da atuação das cooperativas é a capacidade de geração de empregos e renda, contribuindo significativamente para a qualidade de vida da população.

As cooperativas catarinenses empregam diretamente cerca de 95.400 pessoas, com um crescimento expressivo nas contratações nos últimos anos. Em 2023, houve um aumento de 8% nas contratações, resultando na criação de 7.000 novos postos de trabalho (FIESC, 2024). Essa expansão demonstra o compromisso do setor cooperativista não apenas com a economia, mas com o bem-estar social, possibilitando acesso ao trabalho formal, renda digna e inclusão produtiva para milhares de catarinenses.

O **setor agropecuário** representa o eixo central do cooperativismo catarinense, sendo responsável por aproximadamente 64% das receitas e dos empregos gerados pelo sistema cooperativista no estado (OCESC, 2023). Essa expressiva participação revela não apenas a relevância da atividade rural para a economia regional, mas também o papel estratégico que as cooperativas desempenham na estruturação da produção agroindustrial catarinense. As cooperativas agropecuárias viabilizam o acesso de pequenos e médios produtores a insumos, tecnologia, crédito, assistência técnica e canais de comercialização mais eficientes, contribuindo para a elevação da produtividade e para a inclusão desses agentes nas cadeias de valor. Além da atividade primária, a presença de cooperativas agroindustriais tem agregado valor à produção rural, por meio da industrialização e exportação de produtos como carnes, grãos e laticínios.

A Cooperativa Central Aurora Alimentos, uma das maiores do país, é exemplo da capacidade de articulação e escala do setor, gerando milhares de empregos diretos e indiretos tanto no campo quanto na indústria. Como observa Schneider (1982), o cooperativismo agropecuário consolidou-se historicamente como alternativa viável ao modelo de dependência dos produtores em relação a intermediários, permitindo-lhes uma atuação mais autônoma no mercado. A atuação da OCEC, nesse contexto, tem sido fundamental para fortalecer institucionalmente as cooperativas do setor, promovendo capacitação técnica, assessoria especializada e interlocução com o poder público. A experiência catarinense revela que o modelo cooperativista não apenas garante segurança alimentar e abastecimento local com produtos de qualidade, mas também contribui para a permanência das famílias no campo e para a coesão territorial, posicionando-se como um vetor relevante de desenvolvimento regional sustentável.

Outro setor de destaque no cooperativismo catarinense, com elevado impacto social e econômico, é o **crédito cooperativo**, que conta com 68 cooperativas ativas no estado, atendendo 3,7 milhões de cooperados (OCESC, 2025). Além da geração de empregos diretos, as cooperativas de crédito têm um papel crucial na distribuição de renda e no acesso ao crédito. Com taxas mais acessíveis que as instituições financeiras tradicionais, as cooperativas de crédito incentivam o empreendedorismo, fomentam pequenos negócios e ajudam produtores rurais a investirem na modernização de suas atividades.

Entidades como o Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e a Confederação das Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) têm promovido a inclusão financeira e fortalecido comunidades inteiras ao disponibilizar linhas de crédito acessíveis para agricultores, empreendedores e trabalhadores autônomos. Esse suporte financeiro possibilita a manutenção e a expansão de negócios locais, garantindo

maior estabilidade econômica para as famílias e ampliando as oportunidades de emprego nas cidades e no campo (BULGARELLI, 2000).

No **setor de infraestrutura**, destacam-se as 39 cooperativas de energia em operação em Santa Catarina, responsáveis pelo fornecimento de serviços essenciais a mais de 464 mil cooperados em 2025 (OCESC, 2025). Essas cooperativas exercem papel fundamental na universalização do acesso à eletricidade, especialmente em áreas rurais e localidades de difícil alcance pelas concessionárias tradicionais, contribuindo para a redução das desigualdades territoriais no acesso a serviços básicos.

Nos últimos anos, essas instituições vêm assumindo protagonismo na transição energética do estado, com investimentos consistentes em fontes renováveis, como a energia solar e eólica. Tal movimento posiciona o cooperativismo como ator central na promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, alinhado às agendas climáticas globais e às exigências de descarbonização da matriz energética.

A expansão do segmento de infraestrutura cooperativa tem repercussões diretas também no mercado de trabalho, impulsionando a geração de empregos qualificados nas áreas de engenharia elétrica, manutenção de redes, tecnologia e gestão de energia. Esse dinamismo demonstra como o cooperativismo vai além da simples oferta de serviços: ele transforma as estruturas produtivas e logísticas do território, promovendo modernização econômica e sustentabilidade ambiental. Ao fortalecer a infraestrutura local com base na cooperação e no interesse coletivo, as cooperativas catarinenses de energia consolidam-se como vetores de inovação, inclusão territorial e desenvolvimento socioeconômico duradouro.

As 30 (trinta) **cooperativas de saúde** em atividade no estado atendem aproximadamente 15 mil cooperados, ofertando acesso a serviços médicos com qualidade e preços mais acessíveis (OCESC, 2025). Estruturas cooperativas regionais, como as vinculadas ao sistema Unimed, constituem alternativas viáveis aos modelos tradicionais de planos de saúde, promovendo soluções personalizadas que beneficiam tanto indivíduos quanto empresas que contratam serviços de assistência médica para seus colaboradores.

Para além da assistência clínica tradicional, o ramo da saúde cooperativista distingue-se pelo investimento consistente em ações de prevenção e promoção da saúde. Programas voltados à medicina preventiva, saúde ocupacional e qualidade de vida vêm sendo incorporados como eixo estruturante das práticas assistenciais. Essa abordagem não apenas contribui para a redução de custos com tratamentos hospitalares de alta complexidade, mas também melhora indicadores de saúde pública, ao estimular o autocuidado e a educação em saúde.

A estruturação dessas cooperativas demanda a atuação de um amplo contingente de profissionais — médicos, enfermeiros, técnicos e gestores — colaborando para a geração de empregos qualificados e o fortalecimento das redes de atenção à saúde. Como destaca Bulgarelli (2000), o cooperativismo da saúde não se limita à lógica de mercado, mas incorpora elementos de solidariedade, eficiência e humanização do atendimento, configurando-se como mecanismo complementar às políticas públicas e um vetor estratégico de equidade no acesso à saúde.

O **setor de consumo** exerce papel estratégico no cooperativismo catarinense ao conectar diretamente produtores e consumidores, promovendo circuitos curtos de comercialização e fortalecendo economias locais. Com 14 cooperativas ativas atendendo cerca de 430 mil cooperados (OCESC, 2025), essa modalidade opera principalmente por meio de supermercados cooperativos e redes de distribuição de produtos agrícolas e industriais. Ao eliminar intermediários e atuar com foco no interesse coletivo, essas cooperativas oferecem produtos de qualidade a preços acessíveis, ampliando o poder de compra dos associados.

Além do impacto econômico direto, essas organizações favorecem a fidelização dos cooperados por meio de benefícios exclusivos e participação nas decisões da gestão. Com base nos princípios da solidariedade, da transparência e da autogestão, o setor de consumo contribui para um modelo de comércio mais sustentável e participativo, que valoriza o vínculo comunitário e democratiza o acesso ao mercado formal.

O **setor de transporte** desempenha papel relevante na estrutura cooperativista catarinense, especialmente por sua capacidade de organizar trabalhadores autônomos em um mercado altamente competitivo. Com 39 cooperativas ativas atendendo cerca de 7 mil cooperados (OCESC, 2025), essas organizações reúnem profissionais que atuam com transporte de cargas, escolar, coletivo e táxi. Essa estrutura coletiva permite não apenas a formalização da atividade, mas também a redução de custos operacionais e o acesso a mercados mais amplos, promovendo a inclusão produtiva de pequenos transportadores e o fortalecimento de suas operações.

Além do impacto econômico, as cooperativas de transporte exercem função social relevante ao garantir melhores condições de trabalho e renda aos motoristas. Em regiões urbanas e, sobretudo, em áreas rurais onde o transporte público convencional é escasso, essas cooperativas suprem lacunas logísticas, oferecendo serviços mais acessíveis e eficientes. Assim, consolidam-se como instrumentos de equilíbrio no setor, permitindo a democratização dos serviços de mobilidade e ampliando as oportunidades econômicas para profissionais autônomos (SCHNEIDER, 1982).

Ainda, o **setor de trabalho, produção de bens e serviços** tem se consolidado como uma alternativa estratégica para profissionais autônomos e pequenos empreendedores em busca de organização coletiva e melhores condições de atuação. Com 11 cooperativas ativas e cerca de 1,3 mil cooperados em Santa Catarina (OCESC, 2025), esse segmento reúne trabalhadores de áreas diversas, como construção civil, tecnologia, serviços administrativos, artesanato e produção industrial, promovendo o trabalho colaborativo e eliminando a necessidade de intermediários.

Essas cooperativas estimulam práticas de autogestão, economia solidária e inovação, favorecendo a estabilidade financeira dos cooperados e uma remuneração mais justa. Ao organizar coletivamente a prestação de serviços e a produção de bens, o modelo contribui para a valorização do trabalho local, para o fortalecimento das cadeias produtivas regionais e para a agregação de valor aos produtos catarinenses, cumprindo relevante papel social e econômico (BULGARELLI, 2000).

A análise dos diferentes ramos do cooperativismo catarinense evidencia que seu impacto econômico transcende o mero faturamento expressivo: trata-se de um modelo organizacional capaz de estruturar cadeias produtivas, ampliar o acesso ao mercado e promover inclusão socioprodutiva. Ao gerar empregos formais, distribuir renda de forma mais equitativa e ofertar serviços essenciais a custos acessíveis, as cooperativas demonstram elevada capacidade de capilarização territorial e resiliência econômica. Os dados atualizados apontam para um sistema em expansão, enraizado no interior do estado e estratégico para a estabilidade social. Assim, o cooperativismo consolida-se como vetor de desenvolvimento regional sustentável, ao combinar eficiência econômica com compromisso coletivo e democratização das oportunidades.

3.2 OCESC e sua representatividade no setor cooperativista

Fundada em 1971, a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) constitui-se como a entidade central de representação do cooperativismo no estado, com atribuições voltadas à defesa institucional, assessoria técnica e jurídica, capacitação profissional e promoção da intercooperação entre os diversos ramos do setor (OCESC, 2025). Sua atuação contempla desde a orientação jurídica em temas regulatórios até o suporte técnico-operacional às cooperativas, com o objetivo de fomentar a sustentabilidade econômica, a profissionalização da gestão e o alinhamento à legislação vigente.

Entre suas estratégias institucionais, destaca-se a interlocução sistemática com órgãos governamentais, visando influenciar de forma propositiva a formulação de políticas públicas que garantam segurança jurídica e competitividade ao setor. Essa atuação política tem buscado assegurar marcos normativos adequados às especificidades das cooperativas e criar instrumentos de incentivo ao desenvolvimento regional por meio do cooperativismo (SCHNEIDER, 1982).

A OCESC também tem desempenhado papel relevante na inserção das cooperativas no contexto da economia digital, por meio do incentivo à modernização tecnológica e à adoção de soluções digitais que promovam maior eficiência operacional. O investimento em plataformas de gestão, automação de processos e capacitação em tecnologias da informação tem contribuído para elevar os padrões de governança e ampliar a competitividade das cooperativas catarinenses, fortalecendo, ao mesmo tempo, o princípio da intercooperação ao facilitar a integração entre diferentes ramos e estruturas organizacionais (FIESC, 2024).

4 Desafios e oportunidades para o cooperativismo

Apesar de sua reconhecida relevância econômica e social, o cooperativismo catarinense enfrenta uma série de desafios estruturais e conjunturais que exigem respostas inovadoras e estratégicas por parte das cooperativas e de suas entidades representativas. Um dos principais entraves refere-se à assimetria competitiva frente a grandes corporações, que dispõem de maior acesso a capital, tecnologias avançadas e canais de comercialização. Esse desequilíbrio é agravado pela concentração de mercado promovida pela globalização, que reduz a margem de manobra de pequenas e médias cooperativas, comprometendo sua sustentabilidade de longo prazo (SCHNEIDER, 1982).

Soma-se a isso a complexidade crescente do arcabouço regulatório, que impõe obrigações técnicas, fiscais e ambientais que muitas vezes extrapolam a capacidade de adaptação das cooperativas, especialmente as de menor porte. A baixa participação dos cooperados nos processos de governança também constitui um risco à perenidade do modelo, pois fragiliza os princípios da autogestão e do controle democrático, fundamentais à identidade cooperativista (ACI, 1995).

Em contrapartida, o cenário contemporâneo apresenta oportunidades significativas para a expansão e fortalecimento do cooperativismo em Santa Catarina. A valorização de práticas sustentáveis e a crescente demanda por produtos orgânicos e de origem rastreável vêm impulsionando as cooperativas agropecuárias, posicionando-as como fornecedoras estratégicas em cadeias produtivas alinhadas aos princípios ambientais, sociais e de governança.

O avanço do cooperativismo de crédito, com estruturas mais acessíveis e próximas da realidade dos pequenos produtores e empreendedores, amplia o alcance da inclusão financeira, desafiando o monopólio das potências tradicionais.

Além disso, o processo de digitalização e incorporação de novas tecnologias – impulsionado pela própria OCESC – representa uma via promissora para o aumento da eficiência operacional, a profissionalização da gestão e a integração em mercados mais amplos. No entanto, tais avanços exigem investimentos em qualificação técnica, inovação organizacional e políticas públicas que reconheçam o papel estratégico do cooperativismo no desenvolvimento socioeconômico regional.

Nesse contexto, o futuro do cooperativismo catarinense dependerá da capacidade de suas instituições em conciliar tradição e inovação, fortalecendo os princípios cooperativistas sem perder a competitividade em um mercado dinâmico e exigente. A atuação articulada entre cooperativas, entidades representativas e poder público será decisiva para transformar os desafios atuais em vetores de transformação social e econômica, consolidando o cooperativismo como um modelo resiliente, inclusivo e voltado à sustentabilidade de longo prazo.

5 Conclusão

O percurso analítico deste estudo permitiu verificar, com base em dados atualizados e literatura especializada, que o cooperativismo em Santa Catarina transcende seu papel econômico convencional, consolidando-se como uma alternativa estruturalmente eficaz ao modelo de desenvolvimento centrado na lógica do capital privado e da maximização do lucro individual. As cooperativas catarinenses atuam como mecanismos de articulação entre inclusão produtiva, desenvolvimento territorial e justiça social, oferecendo respostas concretas a desafios históricos da economia regional, como a concentração fundiária, a desigualdade no acesso ao crédito e a vulnerabilidade das pequenas unidades produtivas.

Os dados demonstraram que os diferentes ramos do cooperativismo — agropecuário, crédito, saúde, consumo, trabalho, transporte e infraestrutura — não apenas geram riqueza, mas sobretudo distribuem-na de forma mais equitativa, promovendo o enraizamento do desenvolvimento nas comunidades onde atuam. A presença de mais de 4,2 milhões de cooperados e a geração direta de cerca de 95 mil empregos formais são indicadores que apontam para um modelo com alto potencial de capilaridade social. Essa característica é especialmente relevante em um cenário de crescimento econômico marcado por assimetrias, em que os benefícios do progresso frequentemente se concentram em poucos segmentos da população.

O cooperativismo, conforme demonstrado, proporciona condições reais para que agricultores familiares permaneçam no campo com dignidade, para que trabalhadores autônomos se organizem com poder de barganha e para que pequenos empreendedores acessem crédito em bases mais justas. Os resultados dessa lógica coletiva e participativa são visíveis não apenas no fortalecimento das economias locais, mas também na promoção de valores como solidariedade, autogestão e corresponsabilidade, que muitas vezes são negligenciados pelo modelo empresarial tradicional.

Não se ignora, contudo, os desafios enfrentados pelo setor: a competitividade desigual frente às grandes corporações, as exigências regulatórias complexas e a baixa adesão de alguns cooperados à governança das entidades são entraves que demandam constante reinvenção institucional. Nesse contexto, a atuação da OCESC tem se mostrado estratégica, seja na interlocução com o poder público, seja no apoio técnico e formativo às cooperativas associadas.

Ainda assim, o cooperativismo catarinense revela uma notável capacidade adaptativa, evidenciada pela incorporação crescente de tecnologias digitais, pelo fortalecimento da intercooperação e pela ampliação da atuação em setores estratégicos. Tais avanços projetam o cooperativismo não apenas como um modelo alternativo, mas como um modelo contemporâneo, capaz de articular eficiência produtiva, inclusão socioeconômica e sustentabilidade ambiental — os três pilares centrais do desenvolvimento regional sustentável.

Em síntese, o cooperativismo em Santa Catarina comprova que é possível conciliar desempenho econômico com impacto social, democratização do acesso aos meios de produção com inovação, e organização coletiva com competitividade. Ao promover oportunidades reais de transformação para indivíduos, famílias e comunidades inteiras, o cooperativismo deixa de ser apenas um instrumento econômico para tornar-se, efetivamente, um projeto de sociedade.

6 Referências

- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Declaração sobre a Identidade Cooperativa**. Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, Manchester, 1995. Disponível em: <https://www.ica.coop>. Acesso em: 13/02/2025.
- BULGARELLI, Waldirio. **As sociedades cooperativas e sua disciplina jurídica**. Rio de Janeiro: Renovar, 2000. p. 377.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Relatório Anual 2023**. Florianópolis: OCESC, 2023. Disponível em: <https://www.ocesc.org.br>. Acesso em: 27/02/2025.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). (2024, 2 de maio). **Mais da metade dos catarinenses estão ligados a cooperativas**. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/mais-da-metade-dos-catarinenses-estao-ligados-cooperativas>. Acesso em 25/02/2025.
- MEINEN, E.; PORT, M. **O Cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã**. Brasília: Confedbras, 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (OCESC). **Dados do cooperativismo**. Florianópolis: OCESC, 2025. Disponível em: <https://ocesc.org.br/dados-do-cooperativismo/>. Acesso em: 29 maio 2025.
- VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo uma revolução Pacífica em Ação**. Ed. DP&A. Rio de Janeiro. 2002.
- RECH, D. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo, LTr, 2000. Disponível em: <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:rede.virtual.bibliotecas:livro:2000;000582302>. Acesso em: 09/02/2025.
- SCHNEIDER, J. O. **O Panorama Mundial, Nacional e Estadual do Cooperativismo**. In: Perspectiva Econômica, São Leopoldo, v.12, n.38, 1982. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7688/7688_4.PDF. Acesso em: 25/02/2025.

VISINTIN, F.; ESTEVAM, D. de O. (2023). Cooperativismo e a gestão social democrática como forma de desenvolvimento socioeconômico. **Cuadernos De Educación Y Desarrollo**, 15(11), 13444–13445. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv15n11-032>. Acesso em 30/01/2025.